



MINISTÉRIO DO ESPORTE
Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Brasília/2012



MINISTÉRIO DO ESPORTE
Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria – TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de Controle Interno.

Brasília/2012

SUMÁRIO

Lista de Abreviações e Siglas	3
Lista de Tabelas, Relações, Gráficos e Declarações	4
1. Introdução.....	5
2. Identificação.....	7
3. Organograma Funcional.....	8
4. Informações sobre o Planejamento e a Gestão Orçamentária e Financeira	9
4.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade:.....	9
4.2 Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais	10
4.2.1 – Estímulo ao futebol profissional:.....	10
4.2.2 – Incentivo a uma cultura de respeito aos direitos do torcedor.....	11
4.2.3 – Coordenação das ações do Governo Federal para a Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014	12
4.3 – Execução Física das Ações realizadas pela UJ	16
4.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro	16
4.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa	16
4.4.2 – Execução Orçamentária da Despesa.....	19
4.4.3 – Indicadores Institucionais:.....	22
5. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	22
6. Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	23
7. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	26
8. Composição do Quadro de Estagiários.....	27
9. Demonstração dos Custos de Pessoal.....	27
10. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	27
11. Declaração – SIASG e SICONV	27
12. Informações sobre Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei Nº 8.730/93	28
13. Funcionamento do Sistema de Controle Interno.....	28
14. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental	28
15. Gestão de Tecnologia da Informação	29
16. Conclusão.....	30
Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada	31
Anexo 1 – Organograma Funcional	32
Anexo 2 - Tabela de Indicadores de Recursos Humanos	33
Anexo 3 – Quadro XIX – Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	34
Anexo 4 – Declaração do Gestor Responsável (SIAFI e SIASG).....	36
Anexo 5 -Quadro XXI – Estrutura de Controles Internos da UJ.....	37
Anexo 6 - Quadro XXII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	39

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APEX.....	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
CGCOPA.....	Comitê Gestor da Copa do Mundo Fifa 2014
DBR	Declaração de Bens e Renda
EMBRATUR.....	Instituto Brasileiro de Turismo
FIFA.....	Fédération Internationale de Football Association
FINEP.....	Financiadora de Estudos e Projetos/Ministério Ciência e Tecnologia
GECOPA.....	Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014
ME.....	Ministério do Esporte
SECOM.....	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SNFDT.....	Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor
TAC.....	Termo de Ajustamento de Conduta

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS E DECLARAÇÕES

Anexo 1	Organograma Funcional
Anexo 2	Quadro XIX – Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anteriores
Anexo 3	Tabela I – Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos
Anexo 4	Declaração do Gestor Responsável – SIASG / SICONV
Anexo 5	Quadro XXII - Estrutura de Controles Internos
Anexo 6	Quadro XXIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

1. INTRODUÇÃO

Este relatório está dividido em 15 tópicos, e foi elaborado com o objetivo de registrar as atividades da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT) durante o ano de 2011.

Dos Conteúdos Gerais e Contábeis a serem apresentados por esta Secretaria, não estão contemplados neste relatório, por não observância de ocorrências no exercício, os seguintes itens do Anexo II da DN/TCU n 108/2010:

- Item 2, subitens 2.4.3.2, Movimentação orçamentária por grupo de despesa e 2.4.4.3, Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação;
- Item 3: Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- Item 5, alínea “e”: Locação de Mão de Obra Mediante Contrato de Prestação de Serviços;
- Item 6: Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Ressalte-se que o único convênio firmado no exercício em análise foi o de nº 75/2011, que foi cancelado dentro do próprio exercício, sem execução orçamentária.

- Item 11: Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União, locado ou de terceiros.

- Item 13: Utilização de cartões de pagamento do governo federal;

- Item 14: Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social;

- Item 15: Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Cumpra esclarecer, quanto ao item 15, que a e. Corte de Contas não exarou qualquer determinação direta à SNFDT, entendida como unidade jurisdicionada autônoma. As deliberações foram sempre dirigidas ao próprio Ministério do Esporte ou à sua Secretaria Executiva, e são observadas por esta unidade conforme determinações recebidas destes dois órgãos. Quanto às deliberações do órgão de controle interno, não houve ocorrências de Relatórios de Auditoria no exercício de 2011;

- Item 16: Tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para o caso de não acatamento (a Assessoria de Controle Interno do Ministério do Esporte não apresentou recomendações à SNFDT no exercício de 2011).

Criada pelo Decreto nº 7.529, de 21/07/2011, a SNFDT sucede à Assessoria Especial de Futebol Profissional, vinculada à Secretaria Executiva do Ministério do Esporte. A existência de uma estrutura dedicada exclusivamente ao futebol criou o espaço institucional necessário à formulação e à implementação de políticas que contribuam para o pleno desenvolvimento do futebol profissional no Brasil.

Dentre as realizações da SNFDT no exercício de 2011 destacam-se a continuidade e o aperfeiçoamento de ações para a implantação da política nacional de prevenção à violência

nos eventos esportivos relacionados ao futebol, com o objetivo de proporcionar conforto e segurança aos torcedores. Neste segmento, a SNFDT trabalhou para que o Ministério do Esporte, na condição de interveniente, participasse da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) entre os Ministérios Públicos Estaduais e as Torcidas Organizadas dos Clubes de Futebol dos estados, para a efetivação do art. 2º - A, do Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/03).

A celebração dos TAC's culminou no início do cadastramento de torcedores, interligado à Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização do Ministério da Justiça – Rede INFOSEG.

Ainda no âmbito da Defesa dos Direitos do Torcedor, merece menção o lançamento e distribuição da Cartilha Ilustrada do Estatuto do Torcedor, em jogos do campeonato brasileiro de Futebol Profissional, além da publicação Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamentos para a Segurança e Conforto em Estádios de Futebol, distribuído ao público alvo relacionado à gestão das arenas.

Outra realização de destaque foi a gestão da SNFDT para efetivar a atuação do Ministério do Esporte no exercício de suas atribuições de coordenador das ações do governo federal para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014. Sob coordenação do Ministério do Esporte, o Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 - GECOPA publicou 03 Resoluções no ano de 2011, regulamentando assuntos relativos à realização dos eventos.

Duas dificuldades foram enfrentadas pela SNFDT na busca pelo alcance de seus objetivos no exercício de 2011. Primeiramente, em decorrência de sua criação já no decorrer do segundo semestre do ano, o espaço de tempo para planejamento e implementação de suas ações restou reduzido no exercício. Além disto, o quantitativo disponível em seu quadro de recursos humanos revelou-se insuficiente para a condução de projetos de grande complexidade, como é o exemplo do gerenciamento dos preparativos para a Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo FIFA de 2014.

Das iniciativas incluídas no planejamento da SNFDT para o exercício de 2012 destacam-se:

- O estímulo à criação e consolidação de competições regionais;
- O incentivo à racionalização do calendário do futebol profissional;
- O estímulo ao desenvolvimento do futebol feminino de alto rendimento;
- A implementação do Programa de Desenvolvimento dos Clubes de Futebol;
- A promoção da defesa dos direitos do torcedor.

A responsabilidade pelas ações relativas à realização dos eventos Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014 foi transferida, em virtude de novas diretrizes do planejamento estratégico do Ministério do Esporte, à sua Secretaria Executiva.

2. IDENTIFICAÇÃO

Quadro I - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Esporte			Código SIORG: 36670
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria Nacional de Futebol Profissional e Defesa dos Direitos do Torcedor			
Denominação abreviada: SNFDT			
Código SIORG: 116538	Código LOA: 51101	Código SIAFI: 180.074	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Atividades de Regulação Esportiva			Código CNAE: 9319-1
Telefones/Fax de contato:	(061)-3217-9520	(061)-3217-9521	(061)-3217-9640
E-mail: joel.benin@esporte.gov.br			
Página na Internet: http://www.esporte.gov.br/futeboldireitostorcedor			
Endereço Postal: SEPN Quadra 511 – Edifício Bittar, 3º Andar – CEP 70.758-900 – Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7529, de 21/07/2011, publicado no Diário Oficial da União em 22/07/2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno do Ministério do Esporte – Portaria nº 92, de 17 de Julho de 2003			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamentos para Segurança e Conforto em Estádios de Futebol			
Estatuto do Torcedor em Quadrinhos (Cartilha do Torcedor)			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
180002	Departamento de Gestão Interna		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Departamento de Gestão Interna		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
180002		00001	

3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, cujo organograma encontra-se no Anexo 1, está organizada sob divisão em dois departamentos:

- i. Departamento de Futebol Profissional, ao qual compete a formulação e implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento do futebol profissional e do futebol feminino de alto rendimento.
- ii. Departamento de Defesa dos Direitos do Torcedor, ao qual cabe incentivar a cultura de defesa dos direitos do torcedor, por meio de ações voltadas para a segurança e conforto dos espectadores dos jogos, além de zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, mais especificamente da Lei nº 10.671/2003, o Estatuto do Torcedor.

Segundo um entendimento amplo da organização do futebol no país, os dois Departamentos têm atuação complementar e sinérgica: o desenvolvimento do futebol profissional não está restrito às potencialidades localizadas dentro de campo; ao contrário, abrange toda uma cadeia produtiva que inclui atores diversos como os clubes, federações, atletas e seus agentes, empresas licenciadas, empresas de comunicação, patrocinadores, consumidores e alcança ainda a defesa dos direitos do torcedor, visto que o respeito a tais direitos é condição essencial para que o futebol possa desenvolver-se plenamente como modalidade esportiva e como cadeia produtiva.

A SNFDT conta ainda com a Chefia de Gabinete, à qual compete a orientação à execução das atividades da Secretaria, além do apoio ao dirigente máximo da unidade, função cumprida também por sua Assessoria.

4. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade:

O Decreto nº 7529, de 21/07/2011 dirigiu à Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor as seguintes competências institucionais:

- fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte;
- implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte;
- planejar, desenvolver, acompanhar e monitorar as ações governamentais no âmbito do futebol profissional e do futebol feminino de alto rendimento;
- fomentar e promover ações ligadas a eventos de grande porte, integrando-as e estimulando parcerias entre entidades governamentais e agentes privados;
- incentivar a criação de estruturas esportivas e para-esportivas modernas e capazes de receber competições esportivas nacionais e internacionais;
- planejar, coordenar, supervisionar e realizar estudos sobre o desenvolvimento do futebol profissional e sobre a execução das ações de promoção de eventos;
- articular-se com os demais segmentos governamentais que fortaleçam o futebol profissional;
- fiscalizar o cumprimento da Legislação esportiva e do Estatuto de Defesa do Torcedor, na forma da lei;
- aplicar as multas instituídas em norma editada com fundamento na competência prevista no art. 37, § 2º, da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003;
- orientar e supervisionar as atividades relacionadas ao futebol profissional e futebol feminino de alto rendimento e à defesa dos direitos do torcedor; e
- definir as diretrizes e prioridades para as ações relacionadas ao futebol profissional na área de planejamento e na gestão de programas e projetos estratégicos do Ministério.

Além das competências atribuídas pelo mencionado Decreto, couberam à SNFDT as competências institucionais dirigidas pela Portaria/ME nº 122/2011 que designou como coordenador do GECOPA o Secretário Nacional de Futebol Profissional e Defesa dos Direitos do Torcedor. De acordo com o Decreto Presidencial de 14 de janeiro de 2010, alterado pelos Decretos de 07 de abril de 2010 e de 26 de julho de 2011, são competências do GECOPA, sob coordenação do Secretário Nacional, as ações relacionadas:

- à instituição do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014;

- à discriminação das ações do Orçamento Geral da União vinculadas às atividades governamentais relacionadas à Copa do Mundo FIFA 2014;
- às atividades governamentais referentes à Copa do Mundo FIFA 2014 desenvolvidas por órgãos e entidades da administração federal direta e indireta, ou financiadas com recursos da União, inclusive mediante patrocínio, incentivos fiscais, subsídios, subvenções e operações de crédito;
- ao acompanhamento da execução das atividades relacionadas no tópico anterior.

Em decorrência de sua criação ao final do segundo semestre de 2011 o ano foi, para SNFDT, de maior dedicação ao planejamento das ações que devem ser desenvolvidas para o futebol profissional no país, para o cumprimento de suas competências institucionais.

A partir da realidade observada no cenário do futebol profissional brasileiro, a SNFDT definiu como objetivos estratégicos para o ano de 2011 o estímulo ao desenvolvimento do futebol profissional feminino e masculino e o incentivo a uma cultura de respeito aos direitos do torcedor.

Ao acolher a responsabilidade pela efetiva execução das ações de competência do Ministério do Esporte na qualidade de coordenador do GECOPA, a SNFDT definiu como objetivo estratégico naquela esfera de atuação, a coordenação eficaz das ações do Governo Federal para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, garantindo a potencialização do legado do evento para o país.

4.2 - Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais

4.2.1 – Estímulo ao futebol profissional:

O objetivo de estimular o futebol profissional feminino e masculino foi trabalhado no ano de 2011 por meio de análise e discussões a respeito da categoria esportiva. O marco inicial deste esforço foi o Estudo de Mensuração Sócio-Econômica e Financeira do Futebol Brasileiro, realizado por meio da contratação da Fundação Getúlio Vargas. O mencionado estudo jogou luz sobre potencialidades e limitações da modalidade esportiva, e o empenho da SNFDT em 2011 concentrou-se na busca de proposições que pudessem viabilizar o melhor aproveitamento das potencialidades e a superação das limitações da cadeia esportiva do futebol.

Nesse sentido, a atuação no ano de 2011 foi concentrada no planejamento, refletido nas metas e iniciativas relacionadas ao futebol profissional inseridas no Plano Plurianual 2012/2015, quais sejam:

- Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino;
- Elevação dos indicadores médios de estrutura de gestão e estrutura de governança dos clubes de futebol profissional das séries A,B, C e D.

4.2.2 – Incentivo a uma cultura de respeito aos direitos do torcedor

Para alcançar o objetivo de incentivar uma cultura de respeito aos direitos do torcedor, a SNFDT atuou no sentido de promover o cumprimento, por parte das torcidas organizadas dos clubes de futebol profissional, da exigência contida no parágrafo único do artigo nº 2-A, da Lei nº 10.671/2003, o Estatuto do Torcedor, que determina que cada torcida organizada deverá manter cadastro atualizado de seus associados ou membros, contendo, pelo menos: nome completo, fotografia, filiação, número do registro civil, número do CPF, data de nascimento, estado civil, profissão, endereço completo e escolaridade.

Nesse contexto, a SNFDT, juntamente com os Ministérios Públicos Estaduais, promoveu trabalho de conscientização junto aos dirigentes e participantes de torcidas organizadas, procurando estimular as entidades a dar cumprimento ao mencionado comando legal. A partir deste diálogo inter-setorial, foram assinados Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), entre os Ministérios Públicos Estaduais e as Torcidas Organizadas dos Estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Goiás, dos quais o Ministério do Esporte participa como interveniente.

O esforço de mobilização das torcidas organizadas para cumprimento do art. 2º-A do Estatuto do Torcedor foi confrontado por três dificuldades. A primeira delas foi a resistência das torcidas organizadas, e de seus membros, à identificação e ao cadastramento.

Contraposta à visão do torcedor que comparece ao campo para apreciar um espetáculo esportivo em clima de paz, e acredita que a identificação e o cadastramento contribuirão para sua segurança e conforto, persiste a visão de alguns setores das torcidas organizadas que ainda receiam em identificar-se e mobilizaram-se contra o cadastramento. Acredita-se que a mobilização frustrou as expectativas quanto ao número de TAC's celebrados entre os Ministérios Públicos Estaduais e as torcidas organizadas, com interveniência do Ministério do Esporte.

Acrescentou-se a esta resistência dos torcedores o cancelamento de convênio celebrado com o Sindicato Nacional dos Clubes de Futebol Profissional (SINDAFEBOL), para promoção da operacionalização do cadastramento de torcedores. Manifestada pelo SINDAFEBOL sua incapacidade técnica para execução do plano de trabalho, não restou outra conduta ao ME que não o cancelamento do convênio, o que se deu sem prejuízo financeiro, pois a execução físico-financeira ainda não estava iniciada.

O terceiro ponto a impactar nos resultados da ação de cadastramento dos torcedores foi o redirecionamento do plano estratégico desta pasta, a partir do qual optou-se pela definição de novas alternativas de atuação governamental para cumprimento do art. 2-A do Estatuto do Torcedor.

Ainda na esfera da defesa dos direitos do torcedor, destaca-se também a publicação do Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamentos para a Segurança e Conforto em Estádios de Futebol, editado e distribuído para seu público alvo, os profissionais envolvidos com atividades de construção, reforma, manutenção e gestão de estádios, além de autoridades, legisladores e acadêmicos. A publicação buscou adaptar à realidade do país soluções e padrões adotados em arenas esportivas por entidades internacionais, definindo recomendações que visam maior conforto do torcedor.

Outra ação que merece menção na atuação pela defesa dos direitos do torcedor foi a confecção, lançamento e distribuição da Cartilha Ilustrada do Estatuto do Torcedor nos jogos do campeonato brasileiro de futebol profissional. A cartilha, desenvolvida em parceria com uma comissão de promotores do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, orienta ao torcedor, de forma leve e criativa, sobre os direitos e deveres de quem frequenta os estádios de futebol.

4.2.3 – Coordenação das ações do Governo Federal para a Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014

No âmbito da organização dos grandes eventos, a estratégia de atuação da SNFDT efetivou-se por meio da coordenação do GECOPA, da promoção de reuniões das Câmaras Temáticas, do monitoramento das obras de infra-estrutura inseridas no primeiro ciclo de planejamento, da publicação de dois balanços dos preparativos para os grandes eventos e ainda da aprovação do Plano de Promoção e publicação de sua respectiva chamada pública para seleção de projetos de promoção do país.

i – Coordenação do GECOPA

A partir de reuniões semanais, o GECOPA publicou, no exercício de 2011, as seguintes Resoluções:

- Resolução nº 01, de 23 de setembro de 2011: aprovou o Plano de Promoção do Brasil pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014, autorizando o ME a selecionar os projetos que integrarão a Programação Oficial do Governo Federal para a Promoção do Brasil, além de constituir Comissão Especial para análise e seleção destes projetos;

- Resolução nº 02, de 13 de outubro de 2011: aprovou a revisão das ações constantes da Matriz de Responsabilidades relacionadas à mobilidade urbana, portos e aeroportos (revogada pela Resolução nº 03);

- Resolução nº 03, de 08 de novembro de 2011: aprovou as atividades governamentais e discriminou as ações do Orçamento Geral da União, referentes à Copa do Mundo FIFA 2014, necessárias à revisão da Matriz de Responsabilidades, além de revogar a Resolução nº 02/2011.

ii – Câmaras Temáticas

As Câmaras Temáticas, também organizadas sob a coordenação do ME/SNFDT, constituem-se em fóruns a partir dos quais devem ser propostas políticas públicas e soluções técnicas eficientes e transparentes, relacionadas à realização da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014 que garantam um legado alinhado aos interesses estratégicos do país. Dividem-se em nove Câmaras, cada qual responsável por áreas fundamentais à realização do evento, quais sejam:

- Estádios: trata das recomendações da FIFA para as arenas, as quais abrangem requisitos que devem ser aplicados desde a zona pública, no entorno do estádio, até o interior da arena, a zona comercial e os perímetros de isolamento interno e externo. Além disto, são debatidos ainda o alinhamento das forças públicas e privadas de segurança nas

arenas, o modelo de operação a ser adotado em casos de emergência e a promoção de iniciativas sustentáveis na construção e operação dos estádios.

- Cultura, Educação e Ação Social: a partir da premissa de que a Copa do Mundo FIFA de 2014 oferece ao país a oportunidade da concretização de um salto no desenvolvimento social, por meio da valorização da educação e da cultura nacional, esta Câmara tem se constituído no espaço de promoção da diversidade cultural brasileira.

Adicionalmente, a câmara tem estimulado a aproximação entre educação e esporte, além de dar suporte ao programa de voluntariado, que deverá mobilizar milhares de pessoas para a Copa.

Outro tópico contemplado é a apresentação de uma agenda cidadã, que promova a construção de um legado de proteção e promoção dos direitos humanos, envolvendo questões como acessibilidade, população de rua, direitos dos idosos, combate à exploração de crianças e adolescentes e inclusão de pessoas com necessidades especiais.

- Desenvolvimento Turístico: trabalha no diagnóstico do setor para consolidar o Plano Estratégico do Turismo Brasileiro para a Copa de 2014, que deve atrair 600 mil visitantes estrangeiros, além de outros 3 milhões de brasileiros que deverão circular pelo país durante o mundial.

Dentre os assuntos tratados pela Câmara destacam-se a avaliação dos atrativos prioritários de cada cidade-sede, o mapeamento da rede hoteleira e a qualificação de trabalhadores para o setor de turismo, nas áreas de bares, restaurantes, ecoturismo, turismo de aventura e línguas estrangeiras.

- Promoção Comercial e Tecnologia: nesta Câmara são promovidas discussões entre governo federal e cidades-sede sobre incentivos, atração de investimentos prioritários e novas tecnologias. Por meio deste fórum, o governo federal pretende apresentar as ferramentas disponíveis, como incentivos fiscais, para estimular a participação das cidades-sede na estratégia de promoção do país e garantir o alcance da meta de impacto econômico esperada com a realização do mundial.

- Transparência: trata da discussão, formulação e implementação, na esfera governamental, de políticas e instrumentos de transparência na preparação e realização do mundial, contando com a participação das cidades-sede e estados envolvidos em sua realização, além de buscar o aperfeiçoamento de ferramentas que garantam o acesso às informações relativas aos investimentos públicos necessários para a realização do mundial, estimulando assim a disseminação da cultura de transparência como um dos legados do evento.

A Câmara de Transparência é composta por integrantes do Ministério do Esporte, da Controladoria Geral da União (CGU), da Advocacia Geral da União (AGU), das cidades-sede, dos estados e de entidades convidadas da sociedade civil.

- Meio Ambiente e Sustentabilidade: a partir da compreensão da estruturação da Agenda de Meio Ambiente e Sustentabilidade como uma das prioridades do Governo Brasileiro para 2014, a Câmara busca propor ações que deixem um legado para as cidades-sede e sensibilizem a sociedade, motivando a adoção de novas práticas e hábitos pautados pelo conceito de sustentabilidade e utilização eficiente de recursos naturais.

- Saúde: a Câmara tem como objetivos a coordenação nacional da preparação das ações de saúde para o evento por meio da definição de diretrizes organizacionais além do apoio à elaboração de projetos e acompanhamento da execução das ações.

Dentre as ações previstas estão o aprimoramento da infraestrutura da rede assistencial de urgência e emergência (PS, UPA, hospitais, SAMU e centrais de regulação); a elaboração de plano para organização do funcionamento dessas estruturas durante o período do evento; a qualificação dos serviços de saúde para atendimento aos turistas, com produção de materiais bilingües e qualificação profissional.

Além disso, serão realizadas ações voltadas para aprimoramento do sistema de vigilância em saúde, com intensificação das ações de fiscalização sanitária em serviços e pontos de entrada do país (portos, aeroportos e fronteiras); elaboração de plano de preparação e resposta a possíveis emergências em saúde pública; bem como preparação de ações de comunicação de risco referentes às doenças transmissíveis de relevância epidemiológica nas regiões que receberão jogos e regiões turísticas próximas. O Governo Brasileiro também está criando a Força Nacional do Sistema Único de Saúde que deverá atuar em situações de catástrofe e emergências de grandes proporções em todo país, e que poderá ser acionada para atender à COPA em caso de necessidade.

-Segurança: nesta Câmara são discutidos os assuntos relacionados à segurança do mundial, sob diversas vertentes: o Plano de Segurança para a Copa que garanta a integração e articulação entre os órgãos de policiamento e defesa nas três esferas de governo; a segurança nos portos, aeroportos e pontos de fronteira, a ser reforçada tanto nos sistemas de reconhecimento de visitantes quanto no controle de cargas vindas do exterior; a segurança e a estabilidade internas a serem garantidas por meio dos Centros de Comando e Controle que serão implantados para garantir a rápida resposta a incidentes que eventualmente ocorram durante a Copa; a segurança das obras em andamento, além das medidas preventivas e de monitoramento nos estádios que vão receber os jogos, levando em conta as especificidades de cada cidade-sede.

- Infraestrutura: tem como principais funções selecionar e definir, juntamente com todos os entes federativos e a iniciativa privada, os projetos de infraestrutura essenciais para Copa do Mundo da FIFA 2014, bem como discutir os planos de operação que serão executados ao longo do evento.

iv – Monitoramento das obras de infra-estrutura (1º Ciclo de Planejamento)

O primeiro ciclo de planejamento para realização da Copa do Mundo FIFA 2014 abrange as obras relativas a estádios, mobilidade urbana, portos e aeroportos. Na qualidade de coordenador do GECOPA, o ME, por meio da atuação da SNFDT, ficou incumbido da realização do monitoramento de tais obras, conforme determinação dos incisos IV e V do art. 3º do Decreto Presidencial de 14/01/2010.

No exercício de 2011 tais obras foram monitoradas pela SNFDT por meio de dados obtidos com o apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a partir de um Escritório Central e de Escritórios Locais de Monitoramento instalados em cada uma das doze cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

Ao Escritório Central, com sede em Brasília/DF e sub-sede no Rio de Janeiro/RJ, coube a função de planejar, controlar e encerrar as atividades de monitoramento das obras, acompanhando o escopo, o tempo, os custos, a qualidade e os riscos dos projetos de

competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, devendo integrar e gerenciar os Escritórios Locais de Monitoramento.

Os Escritórios Locais, por seu turno, trataram da aferição, por meio da verificação “in loco”, da qualidade e conformidade das informações prestadas pelos responsáveis pela execução das obras.

As informações prestadas pelos Escritórios Locais foram centralizadas e gerenciadas pelo Escritório Central que, contando com sistema informatizado, cujo acesso foi disponibilizado ao ME, promovia a consolidação das informações.

A consolidação das informações obtidas permitiu a obtenção de relatórios periódicos de monitoramento, que abrangem a análise sobre o andamento das obras incluídas na matriz de responsabilidades, dos projetos e especificações técnicas exigidas pela FIFA e do monitoramento dos aspectos ambientais.

Foram identificados, ainda, indicadores de desempenho para os projetos e indicadores globais para a Copa do Mundo FIFA 2014, com monitoramento dos riscos, dos prazos e dos custos das obras nos Estados, Municípios e no Distrito Federal. A identificação das ameaças e riscos apontados foi realizada por meio de análises de conformidade dos requisitos iniciais de cada projeto, face às medições das obras da Matriz de Responsabilidade.

v – Publicação dos Balanços da Copa

Foram apresentados, no exercício de 2011, dois balanços contendo a situação dos preparativos do Brasil para a Copa do Mundo de 2014.

As publicações, ocorridas em janeiro/2011 e fevereiro/2011, apresentaram à sociedade a situação da organização, planejamento e execução das ações e investimentos para a Copa do Mundo FIFA 2014.

vi – Aprovação do Plano de Promoção do Brasil

A partir da publicação da Resolução nº 01 do GECOPA, ocorrida aos 23/11/2011, foi aprovado o Plano de Promoção do Brasil para realização da Copa do Mundo FIFA 2014, ficando o ME autorizado a promover a seleção dos projetos que integrarão a Programação Oficial do Governo Federal para a Promoção do Brasil.

O Plano de Promoção do Brasil foi concebido de forma a abordar a promoção do país de uma forma ampla, abrangendo as ações de publicidade, de relações públicas, de promoção de imagem e relacionamento com a imprensa. Tais ações são apontadas como ferramentas indispensáveis à garantia do sucesso do evento, especialmente para o fomento comercial, turístico e sócio-cultural do país. Em que pese a abordagem ampla, a adoção de um Plano de Promoção unificado permite o alinhamento das ações promocionais, garantindo uma mensagem única, mitigando riscos de dispersão do ponto de vista de imagem, e otimizando os investimentos de comunicação do Governo Federal.

Definiu-se como objetivo geral da promoção do Brasil a partir da Copa de 2014 a agregação novos atributos à imagem do país, sem deixar de reforçar os atributos positivos pelos quais já é mundialmente reconhecido. Entre os atributos identificados como já

atrelados ao Brasil estão: um povo alegre, com estilo de vida único e hospitaleiro, além de ser uma terra de grande beleza natural e diversidade cultural. As características a serem reforçadas são: economia forte e vibrante, capacidade de inovação, estabilidade da democracia e da economia, desenvolvimento com justiça social, esforço de sustentabilidade e cultura de paz e tolerância.

Para construção do plano de promoção foram reunidos resultados de pesquisas e diretrizes dos seguintes órgãos:

- Pesquisas da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX).

- Diretrizes dos seguintes órgãos: Ministério das Relações Exteriores, SECOM, Ministério do Turismo/Embratur, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio/APEX, Ministério da Ciência e Tecnologia/Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Ministério da Cultura e Ministério do Meio Ambiente.

vii – Seleção de Projetos Relacionados ao Plano de Promoção do Brasil

Após a publicação da citada Resolução nº 01, instituiu-se Chamada Pública para a seleção dos projetos que integrariam a Programação Oficial do Governo Federal para a Promoção do Brasil pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014, por meio da Portaria/ME nº 135, de 28/09/2011.

A Chamada Pública resultou na apresentação de 282 (duzentos e oitenta e dois) projetos, que já foram objeto de pré-análise pela Comissão Especial instituída pelo GECOPA para tal finalidade.

4.3 – Execução Física das Ações realizadas pela UJ

QUADRO II - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
27	811	0181	126v	P	1/2/3/4	Unidade	9999	9999	9999
27	811	0181	20DB	P	1/2/3/4	Unidade	9999	9999	9999

4.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro

4.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa

Quadro III – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Esporte	51101	180002

Quadro IV – Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO						94.000.000,00
	PLOA						94.000.000,00
	LOA						113.649.713,00
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					7.594.209,00
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total						121.243.922,00	

Quadro V – Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO			38.000.000,00			
	PLOA			38.000.000,00			
	LOA			46.504.417,00			
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos		13.199.299,00			
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total			59.703.716,00				

Quadro VI – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		94.000.000,00		38.000.000,00		
	PLOA		94.000.000,00		38.000.000,00		
	LOA		113.649.713,00		46.504.417,00		
CRÉDITOS	Suplementares		7.594.209,00		13.199.299,00		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total			121.243.922,00		59.703.716,00		

Análise Crítica da Programação Orçamentária: A compatibilidade entre a dotação proposta por esta Secretaria e os valores inseridos no PLOA e na LOA não se confirma quando é analisada a dotação inicial, uma vez que ocorreram emendas supressivas no valor de R\$20,08 milhões. No decorrer do exercício, em termos gerais, a programação recuperou a perda citada, com a concessão de créditos no valor de R\$20,8 milhões, dos quais, cumpre salientar, R\$13,2 milhões são referentes a reabertura de crédito.

4.4.2 – Execução Orçamentária da Despesa

Quadro VII – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	Exercícios			
	2010	2.011,00	2010	2011
Licitação		40.522.809,78		18.155.595,38
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência		35.433.478,83		16.825.188,23
Pregão		5.089.330,95		1.330.407,15
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas		10.457.400,00		8.881.660,00
Dispensa		9.000.000,00		7.850.000,00
Inexigibilidade		1.457.400,00		1.031.660,00
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros		274.000,00		264.000,00

Quadro VIII – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes		51.244.209,78		51.244.209,78		23.942.954,40		27.301.255,38
41 – contribuições								
39 - outros serviços de terceiros – PJ		15.546.730,95		15.546.730,95		5.334.663,80		10.212.067,15
35 – serviços de consultoria		35.697.478,83		35.697.478,83		18.608.290,60		17.089.188,23
48 – outros auxílios financeiros a Pessoa Física								
Demais elementos do grupo								

Quadro IX – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos		10.000,00		10.000,00		10.000,00		
42 - auxílios								
52 – equipamentos e material permanente		10.000,00		10.000,00		10.000,00		
51 – obras e instalações								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Análise Crítica da Gestão Orçamentária: Os valores empenhados atingiram o patamar de R\$51,3 milhões, representando baixo percentual de execução, correspondente a 28,3%.

Esta performance deve ser examinada ao abrigo do cenário no qual esteve inserida a SNFDT no ano de 2011. Como já mencionado, a Secretaria foi criada em julho daquele exercício, e o próprio decurso de tempo entre o início do ano e a data de sua criação são impeditivos concretos a um bom desempenho, no que tange à execução orçamentária.

Além disto, os números foram também confrontados pela suspensão da concorrência nº 02/2010, da qual derivaria contratação que concentraria grande parte dos recursos a executar. O cancelamento da concorrência decorreu de reformulação do planejamento do Ministério do Esporte.

Finalmente, é de se ressaltar que o envolvimento da SNFDT com os preparativos para a realização da Copa do Mundo FIFA de 2014 explica a concentração da execução orçamentária em despesas correntes, uma vez que tal iniciativa demanda pagamentos de serviços de consultoria e contratação de empresas para atividades de apoio ao monitoramento das obras de infra estrutura e ao gerenciamento das ações relacionadas à realização do mundial.

4.4.3 – Indicadores Institucionais:

Em função de sua criação ter ocorrido no exercício de 2011, os indicadores institucionais para medição de produtos, serviços e resultados da gestão de cada exercício encontram-se em fase de desenvolvimento.

5. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro X – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010				
2009				
2008				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	16.032.582,82		16.027.669,82	4.913,00
2009				
2008				
Observações:				

Análise crítica sobre a gestão de Restos a pagar de exercícios anteriores: O montante de restos a pagar inscrito em 2010 foi quase integralmente liquidado no exercício (97%).

6. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

Quadro XI – Força de trabalho – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)	0	9	0	2
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira		9	0	2
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		3		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		6		1
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				1
2 Servidores com Contratos Temporários				
3 Total de Servidores (1+2)	0	9	0	2

Quadro XII – Situações que reduzem a força de trabalho – Situação em 31/12/2011

	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	0

Quadro XIII – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargo em comissão	16	13	6	3
1.1 Cargos Natureza Especial				
1.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	16	13	6	3
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		1		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				1
1.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		1		1
1.2.4 Sem vínculo		11	6	1
1.2.5 Aposentado				
2. Funções gratificadas	0	0	0	0
2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total de servidores em cargo e em função (1+2)	16	13	6	3

Quadro XIV – Quantidade de servidores por faixa etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	3	7	1	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	3	7	1		
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provedimento de cargo em comissão	2	3	5	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	3	5	1	
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	5	10	6	1	0

Quadro XV – Quantidade de servidores por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	1	9	1	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					1	9	1		
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	6	5	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					6	5			
2.3. Funções gratificadas									
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	7	14	1	0	0

7. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Quadro XVI – Composição do quadro de servidores inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1 Integral	0	0
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2 Proporcional	0	0
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Total (1+2)	0	0

Quadro XVII – Composição do quadro de instituidores de pensão

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantitativo de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	0	

8. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro XVIII – Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	0	0	2	1	2.933,33
1.1. Área Fim	0	0	0	0	-
1.2. Área Meio	0	0	2	1	2.933,33
2. Nível Médio	0	0	3	0	1.013,17
2.1. Área Fim	0	0	0	0	-
2.2. Área Meio	0	0	0	1	1.013,17
3. Total (1+2)	0	0	5	1	3.946,50

9. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL

Os custos de pessoal estão demonstrados no Quadro XIX, “Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores”, inserido no Anexo 2 deste Relatório de Gestão.

10. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Os valores dos indicadores gerenciais sobre recursos humanos apurados para o exercício de 2011 estão contemplados no Anexo 3, Tabela I, deste relatório.

11. DECLARAÇÃO – SIASG E SICONV

A declaração do gestor responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de

Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), na forma estabelecida pelo art. 19 da Lei nº 12.309/2010 encontra-se no anexo 4 deste Relatório de Gestão.

12. INFORMAÇÕES SOBRE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93

Quadro XX – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Inciso I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em Comissão)	Obrigados a entregar a DBR	6		
	Entregaram a DBR			22
	Não cumpriram a obrigação			

Análise crítica da gestão de entrega das DBR: O gerenciamento da entrega de das Declarações de Bens e Renda (DBR) está a cargo da Coordenação Geral de Pessoas do Ministério do Esporte.

Não existe um sistema informatizado para o gerenciamento. As declarações são recebidas dentro de envelope lacrado ou, quando é recebida autorização para seu acesso, este pode ser realizado apenas por agentes da Receita Federal do Brasil ou pelo próprio titular da Declaração e não são realizadas análises, pelo ME, com intuito de identificação de eventuais incompatibilidades entre patrimônio e remuneração auferida.

As declarações ficam arquivadas na sala de arquivo da Coordenação Geral de Pessoas, à qual têm acesso somente servidores da própria coordenação, não sendo permitida a abertura do envelope.

No exercício em análise não houve descumprimento da obrigação de entrega da DBR.

13. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O funcionamento do sistema de controle interno da UJ encontra-se descrito no Quadro XXI – Estrutura de Controles Internos da UJ, inserido no Anexo 5 deste relatório.

14. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Os critérios de funcionamento de controle interno da UJ encontram-se descritos no Quadro XXII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, inserido no Anexo 6 deste relatório.

15. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quadro XXIII – Gestão de Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	SERVIDORES 9 TERCEIRIZ. 68				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p>A resposta foi elaborada pela equipe de gestão da CGTI. O desenvolvimento interno da unidade é feito conjuntamente com a equipe de gestão e dos demais servidores (ATIs) que aqui estão lotados, mediante a participação em atividades de treinamento, seminários e palestras. A participação da terceirização se dá pela transferência do conhecimento de novas tecnologias, sempre que aplicadas aos serviços.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

16. CONCLUSÃO

As reflexões derivadas das informações apuradas neste Relatório de Gestão deságuam na percepção de que o exercício de 2011 foi, para a recém-criada SNFDT, um período de planejamento e aprendizado, fato que impactou do desempenho de suas atividades.

Além disto, a coordenação das ações do governo federal para a Copa do Mundo FIFA de 2014, a cargo da SNFDT no ano em comento, também dificultaram o direcionamento de suas potencialidades para o futebol profissional, atividade fim encampada pelo órgão.

Adicionalmente, na esfera da Defesa dos Direitos do Torcedor, as metas da SNFDT foram confrontadas por mudanças no planejamento estratégico do Ministério do Esporte.

Tais obstáculos deverão ser superados no exercício vindouro, por medidas que já se encontram em marcha, quais sejam:

- O amadurecimento institucional da SNFDT, passados os primeiros meses após a sua criação;

- A transferência da responsabilidade, à Secretaria Executiva desta pasta, pela coordenação das ações do Governo Federal para a Copa do Mundo FIFA 2014, o que permitirá maior foco nas prioridades institucionais genuínas da SNFDT;

- A recomposição do Planejamento Estratégico da SNFDT para a Defesa dos Direitos do Torcedor.

Desta forma, acolhe-se o exercício de 2011 como ano de planejamento e aprendizado para a SNFDT, com expectativa de avanço em seus resultados para o ano de 2012.

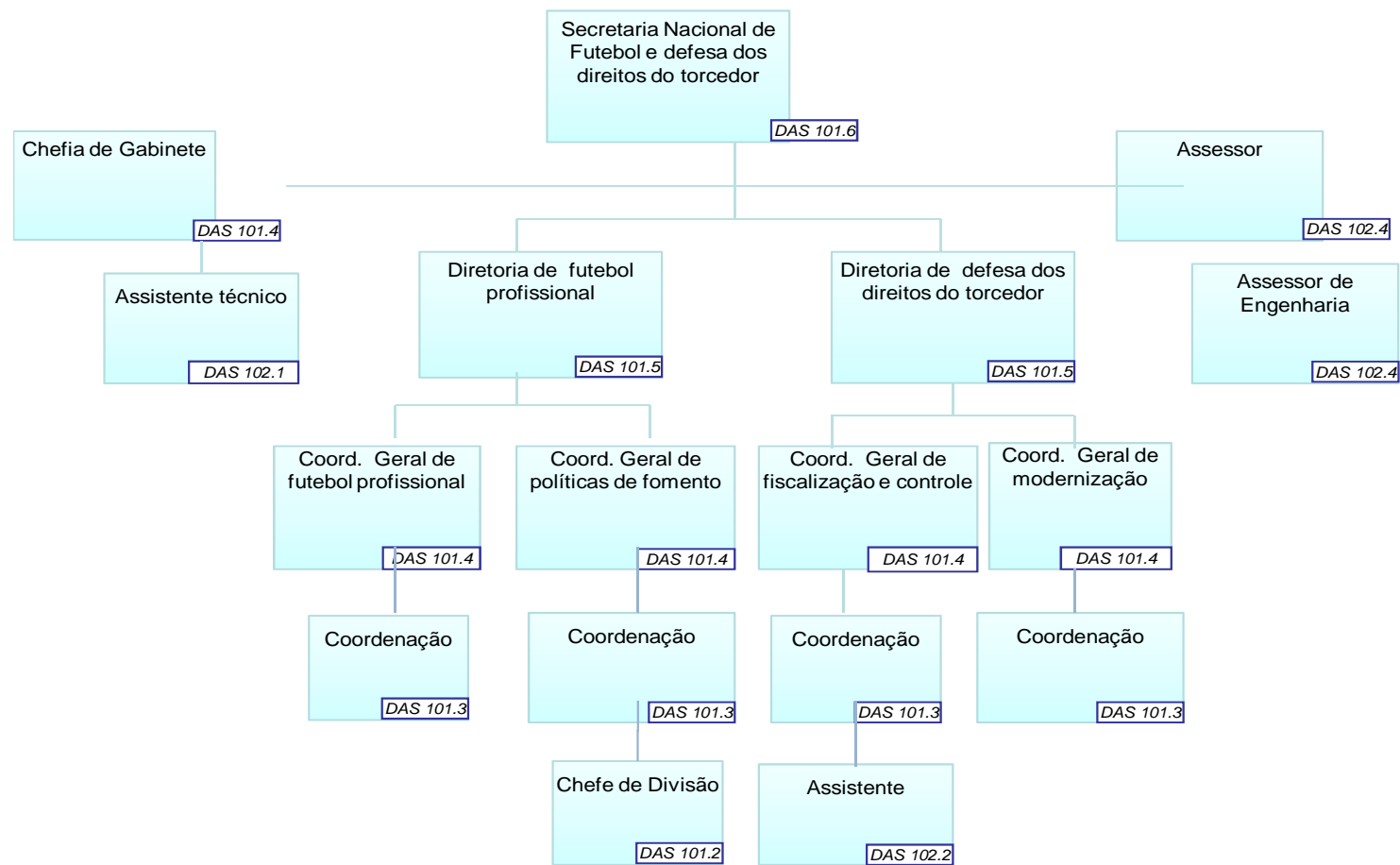
DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ

DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
Denominação completa (UJ)	Código da UG	
Secretaria Executiva	180002 e 180004	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Previsão da Receita e Execução da Despesa;</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
Local Brasília	Data	23/4/2012
Contador Responsável Jane Cristina de Farias	CRC nº	010761/O-7


Jane Cristina de Farias
Técnico de Contabilidade
CRC/DF 010761/O-7
CGCOF/Ministério do Esporte

Anexo 1 – Organograma Funcional

ANEXO 1 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Anexo 2 - Tabela de Indicadores de Recursos Humanos

INDICADOR	QUANTIDADES	DIAS
Absenteísmo	3	61
Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais	0	0
Educação Continuada	0	0
Disciplina	0	0
Aposentadoria Versus Reposição do Quadro	0	0

Anexo 3 – Quadro XIX – Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Ben Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	57.354,00		9.568,00	775,00	10.392,00	2.280,00			80.369,00
	2010									0,00
	2009									0,00
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011									0,00
	2010									
	2009									
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011									0,00
	2010									0,00
	2009									0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	338.195,00	35.911,00	64.341,00	18.046,00	175.246,00	5.506,00	6.041,00		643.286,00
	2010									
	2009									

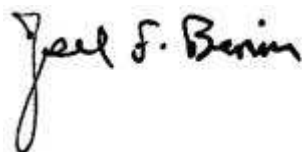
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										

Anexo 4 – Declaração do Gestor Responsável (SIAFI e SIASG)

DECLARAÇÃO

Eu, Joel Fernando Benin, CPF 788.070.269-53, Secretário Nacional Substituto de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, exercido na Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19º da Lei nº 12.309, de 9 de Agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 23 de março de 2012.



JOEL FERNANDO BENIN
SECRETÁRIO NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR – SUBSTITUTO
SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR

Anexo 5 -Quadro XXI – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais: As afirmativas foram realizadas por servidores de áreas estratégicas da unidade, exprimindo-se as pontuações pela média das respostas individuais.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Anexo 6 - Quadro XXII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. - Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? _____	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: NA), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. - Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? _____	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). - Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). - Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? _____	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. - Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). - Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>- Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? Energia elétrica – Foi baixada uma Portaria orientando os servidores a reduzir o consumo de energia – Anexo V da Portaria nº 60, de 30 de abril de 2003</p>	X				
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>- Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>- Foi instituída, por intermédio da Portaria nº 13, de 25 de outubro de 2007, a Comissão para Coleta Seletiva Solidária;</p> <p>- Foi celebrado um Termo de Compromisso com a Cooperativa de Trabalho e Produção – CORTRAP, que objetiva destinar os materiais recicláveis descartados às associações e cooperativas de catadores;</p> <p>- Foram adquiridas lixeiras com cores identificadoras dos materiais recicláveis;</p> <p>- Foram disponibilizadas caixas de papelão em todas as salas para coleta dos materiais destinados à reciclagem.</p>	X				
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Informações cedidas pela área de processamento de licitações.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					